



Fórum mobiliza Oeste para a conclusão da BR-282

Deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores, lideranças empresariais, segmentos organizados da sociedade e líderes comunitários do Oeste e Meio-oeste catarinense se uniram na manhã de quinta-feira (18), no Clube Comercial de São Miguel d'Oeste, numa grande mobilização para a conclusão das obras da BR-282. As obras poderão ser retomadas em 60 dias, caso se acelerem alguns trâmites burocráticos, conforme informação do representante do Ministério dos Transportes, João José dos Santos.

O evento foi promovido pelo Fórum Parlamentar da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB), por solicitação do vice-presi-

dente da Alesc, Herneus de Nadal (PMDB), que o integra juntamente com os deputados Jorginho Mello (PSDB), Reno Caramori (PP), Pedro Baldissera (PT), Gelson Sorgato (PMDB) e Gelson Merísio (PFL). Também participaram da audiência pública os deputados federais Gervásio Silva (PFL), Odacir Zonta (PP), Luci Choinacki (PT), os prefeitos de São Miguel, João Carlos Valar (PMDB), e de Paraíso, Ênio Reckziegel (PPS), o secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste, Luiz Basso, o coordenador do DNIT em Santa Catarina e representante do Ministério dos Transportes, João José dos Santos, e o representante do governador da Província de Misiones, na Argentina, Daniel Llano.

Página 6



Em 60 dias, é possível continuar os trabalhos, segundo o Ministério

Nova lei deverá impedir a adulteração de combustível

Depois que o governador sancionar o Projeto de Lei nº 103/05, aprovado em Plenário na última terça-feira (16), o consumidor catarinense poderá sentir-se um pouco mais seguro sobre a qualidade do combustível que consome.

O PL altera a forma de inscrição no cadastro do ICMS das empresas do setor, exigindo comprovação da qualidade do produto.

Além desta, foram apreciadas outras proposições pelos parlamentares, que também manifestaram-se sobre o atual momento político brasileiro.

Página 8

Turismo terá planejamento específico

A maior parte dos turistas que visitam Santa Catarina, cerca de 70%, vem em busca dos seus atrativos naturais, segundo estudos da Santur (Santa Catarina Turismo S/A). Os estudos integram levantamento que, segundo informações do secretário da Cultura, Turismo e Esportes, Gilmar Knaesel (PSDB), subsidiarão a elaboração da proposta do Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer a ser apreciada pela Assembleia Legislativa. O anúncio foi feito durante audiência pública realizada na tarde do dia 15, atendendo requerimento do deputado Sérgio Godinho (PTB), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Página 5

Documentários da TVAL vão divulgar potencial catarinense

(foto divulgação SIECESC)



Primeiro programa da série mostra a indústria do carvão

O vídeo *Carvão - Traços do Futuro*, apresentado durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral no dia 16, em cerimônia no Senado, inaugura uma

série de documentários produzidos pela TV Assembleia Legislativa. A série pretende mostrar o que faz de Santa Catarina um Estado cujo desempenho é reconhecido nacionalmente.

Página 7



Além dos projetos apreciados, deputados discutem o momento político

A força que move o voluntariado

No próximo dia 28, comemora-se o Dia do Voluntariado, força do chamado terceiro setor que promove grandes realizações em nossa sociedade. Há poucas semanas, tomei conhecimento de recente evento beneficente realizado no município de Iraceminha, em favor da APAE local, que bem dá a imagem da importância do voluntariado. Lá, naquela comunidade, um grupo de abnegadas simpatizantes da causa de apoio às pessoas portadoras de necessidades especiais deu exemplo de como é possível, com disposição para ajudar o próximo, alcançar resultados altamente meritórios.

Tudo começou com um pedido à Fundação Nova Vida para a obtenção de recursos que viabilizassem a aquisição de abrigos e calçados aos alunos da APAE. Uma modesta dotação foi liberada através de subvenção social à entidade. A partir daí, entrou em ação o voluntariado, com uma estratégia que, utilizando de figura de linguagem consagrada nas escrituras bíblicas, multiplicou os pães.

O que fizeram as voluntárias? Mobilizaram toda a comunidade para um grande evento, um café colonial realizado no salão paroquial, cuja motivação seria a entrega dos uniformes. Conseguiram doações de tudo o que foi oferecido às comensais, de forma que a grande

feita, que acabou reunindo mais de 800 pessoas, teve custo zero. E toda a arrecadação resultante da venda de convites foi doada à instituição.

Dias antes, em São Miguel d'Oeste, participei da inauguração da nova sede local da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que atende mais de 20 municípios da região. As voluntárias conseguiram, através de muitos esforços, reformar um prédio cedido em regime de comodato pelo Estado, que estava em precárias condições. E estavam inaugurando a nova sede com grande orgulho, mostrando como pode ser produtivo o esforço coletivo.

Cito ainda o exemplo da Associação de Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão - AVOS, de Florianópolis, que está mobilizada para ampliar o albergue, cuja finalidade é abrigar pais e parentes das crianças internadas que necessitam de tratamento prolongado. A Avos será motivo de sessão especial desta Assembleia, proposta por este deputado, a ser realizada no dia 23, pelos seus 30 anos de atividades.

Nosso mandato parlamentar sempre estará à disposição para firmar parcerias que possam frutificar em benefício de quem precisa de apoio e ajuda. E quem trabalha nesta linha de ação sabe bem qual é a força que move o voluntariado.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

TEF: escravização tecnológica

A tecnologia deve ser um meio para beneficiar o homem com ganhos de produtividade, tempo e recursos. Porém, nem sempre isto acontece. É o caso da Transferência Eletrônica de Fundos - TEF, pretendida pela Fazenda Estadual. Trata-se da obrigatoriedade que querem impor a todas as empresas que operam com Cartões de Crédito, de instalar um equipamento a mais em cada estabelecimento, além daquele já em operação, que é o Emissor de Cupom Fiscal - ECF.

A justificativa é impedir a sonegação fiscal nas vendas com cartões de crédito, já que as informações seriam transmitidas eletronicamente, em tempo real, diretamente para a Fazenda, pelo TEF. A instalação deste equipamento, no entanto, implica em um custo significativo para o pequeno comerciante, e uma manutenção mensal que - via de regra - é de valor superior à importância a ser arrecadada (pasmem).

Além disso, o equipamento disponível no mercado não é compatível com os já instalados (ECF) nos estabelecimentos, exigindo software especial e outras adaptações. Mais ainda: a obrigatoriedade atingiria 78 mil micro e pequenos empresários. Multiplicado pelo custo unitário de implantação, de cerca de R\$ 2 mil, soma

um gasto de aproximadamente R\$ 156 milhões. A pergunta que se faz imediatamente é quanto o Estado arrecadaria a mais? Levantamento apresentado à Assembleia Legislativa pela Associação Brasileira de Cartões de Crédito mostra que todos estes pequenos estabelecimentos não representam mais de 1% do ICMS.

Por isto, estamos buscando, num esforço concentrado, em conjunto com vários outros parlamentares, uma alternativa mais inteligente e com menos custos que seria, a exemplo do que acontece em outros Estados, a obrigatoriedade das administradoras de cartões de crédito enviarem para a Fazenda, eletronicamente, todo mês, os dados disponíveis de todas as operações com cartões, eliminando-se custos não suportáveis pelos pequenos empresários catarinenses.

Nos próximos dias, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina estará apreciando um projeto de lei, assinado por vários parlamentares sensibilizados com os justos reclames das micro e pequenas empresas. Esperamos o apoio unânime de nossos pares e a sensibilidade do Executivo, através do governador Luiz Henrique e da Secretaria da Fazenda, para a aprovação deste projeto de lei.

Deputado José Carlos Vieira (PFL)

Escola realiza seminário em São Joaquim

Representantes do Poder Legislativo dos municípios da Região Serrana participaram do "1º Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal", em São Joaquim. O evento é promovido pela Assembleia Legislativa e pela Escola do Legislativo. Participaram da abertura o deputado Sérgio Godinho (PTB), representando o presidente da Alesc, a diretora da Escola do Legislativo, Carla Vieira Pedro, o prefeito municipal em exercício no município de São Joaquim, Almir Stadler, o presidente da União dos Vereadores da Região Serrana, Cidinei Marcon, e o presidente da Câmara Municipal de São Joa-

quim, José Albus Schiliching.

A necessidade de reciclar os conhecimentos dos agentes políticos foi defendida pelo prefeiteiro em exercício, enquanto o deputado federal Ivan Ranzolin (PP) - que participou da abertura do evento -, enfatizou a complexidade da atividade legislativa, principalmente no primeiro mandato.

Mais de 80 vereadores e funcionários do Legislativo dos municípios serranos participaram das palestras. A próxima etapa do "1º Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal" será em Campo Belo do Sul, no dia 23 de setembro. (PJ)

Agenda

Dia 22, 10 h - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Fórum Parlamentar Fome Zero - Audiência pública para criação da Câmara Catarinense de Desenvolvimento Humano e Alimentação Adequada

Local: Plenário

Dia 22, 19 h - Sessão solene em homenagem aos 20 anos do Partido Liberal

Local: Plenário

Dia 23, 9 h - Comissões de Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública para implantação do Conselho Estadual de Direitos Humanos

Local: Plenário

Dia 23, 19 h - Sessão solene em homenagem aos 30 anos da AVOS - Associação Voluntários de Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão

Local: Plenário

Dia 24, 9 h - Exposição fotográfica em tela "Amanhecer em Florianópolis", de Jeferson Biela

Local: Hall da Alesc

Dia 24, 19 h - Lançamento do livro "Quem vem lá? A história da Copa Lord", de autoria de Abelardo Henrique Blumemberg (Avez-vous)

Local: Hall da Alesc

Dia 25, 14 h - Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia - Audiência pública para tratar dos preços abusivos dos combustíveis na Grande Florianópolis

Local: Plenário

Dia 25, 19 h - Lançamento literário - "Imagine só, charges virtuais", de Benjamim Silva

Local: Hall da Alesc

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Oriiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tonini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Padre Raimundo recebe homenagem

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Com as dependências do Plenário lotadas por tubaronenses admiradores do padre Raimundo Ghizoni, a Assembléia Legislativa realizou na noite do dia 10 sessão solene pela passagem dos seus 80 anos de vida. Proposta pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), a homenagem foi marcada por depoimentos destacando os inúmeros trabalhos desenvolvidos pelo padre durante os 56 anos de sacerdócio dedicados a obras sociais no município de Tubarão.

Padre Raimundo criou inúmeros centros de educação infantil que atendem crianças carentes. Hoje são quase 600 crianças de zero a 6 anos. E ainda há os trabalhos sociais com os grupos da terceira idade.

O deputado Genésio observou que

Padre Raimundo sempre esteve à frente de seu tempo, buscando o melhor para aqueles que estão à sua volta. Lembrou ainda que no decorrer de sua vida, "amparado por uma força religiosa vigorosa e abrangente", procurou expandir os ensinamentos religiosos, como também o desenvolvimento de ações comunitárias, proporcionando assim educação e qualidade de vida para crianças carentes.

Falando em nome das bancadas de situação, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) apontou o homenageado como "uma lenda viva da caminhada da igreja, fonte segura de inspiração para seguirmos em frente".

Pelas bancadas de oposição, usou da palavra o deputado Joares Ponticelli (PP) que anunciando ser um grande admirador do sacerdote, indicou-o como "um líder espiritual vigoroso, pastor que sabe conduzir suas ovelhas e ainda um homem socialmente comprometido".

Bastante emocionado, o presidente da Apro-



Grupo de dança fez apresentação na sessão especial



O homenageado com o deputado Genésio Goulart

et (Associação de Promoção e Educação Tubaronense), Valdemar Colonetti, exaltou o orgulho que a comunidade tubaronense tem sobre o trabalho que o homenageado realizou e realiza.

Representando as Pastorais Movimentos e Ações, Marlene Goulart destacou as diversas contribuições do padre aos mais necessitados e informou que o nome Raimundo significa protetor ou sábio poderoso, que segundo ela se encaixa perfeitamente, pois tem o padre "o poder de sentir, apenas observando, os

que lhe procuram pedindo por auxílio". Para o vigário geral da Diocese de Tubarão, padre Donato Darós, o homenageado é parte da história local e da cidade.

Em nome da família, Murilo Ghizoni Bortoluzzi, sobrinho neto do homenageado, agradeceu todas as demonstrações de carinho expostas durante a solenidade. Padre Raimundo Ghizoni foi lacônico: "É muito bom ter amigos", sintetizou, assinalando que não trabalha sozinho e que divide as honrarias recebidas com seus colaboradores. (MOR)

Trabalho de deputado federal é reconhecido

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Em sessão solene realizada na noite de terça-feira (16), no Plenário, o IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina), em parceria com o Parlamento, prestou homenagem ao deputado federal Edison Andrino (PMDB/SC), com a entrega do diploma de mérito.

O prêmio foi criado em maio deste ano para homenagear pessoas e instituições cujas ações se identificam com seus objetivos. O parlamentar foi o primeiro a recebê-lo. Segundo o presidente do IHGSC, professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Andrino foi escolhido por sua atuação no Congresso Nacional em defesa da aprovação da Emenda Constitucional nº 46, que retira da União a posse das ilhas sede de municípios. Aqui no Estado, foram beneficiadas as ilhas de Santa Catarina e de São Francisco do Sul, consideradas costeiras e não litorâneas. "O Instituto preocupa-se não apenas com o passado, mas com o presente e o futuro. Andrino merece nossa distinção por seu empenho na aprovação dessa emenda", afirmou Corrêa.

Em nome do parlamentares, falou o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Assembléia Legislativa. O parlamentar destacou a perseverança do homenageado na concretização de um antigo anseio dos proprietários de terrenos de



Andrino recebe o diploma de mérito do presidente do IHGSC

marinha, que agora têm segurança jurídica dos terrenos do interior da Ilha de Santa Catarina. "Legislar é muito mais que saber, é sentir, e Andrino conhece a alma do povo

ilhêu. No momento em que políticos desonram seus mandatos, ele honra os anseios, as prioridades da população", disse Blasi.

O deputado Herneus de Nadal

(PMDB), 1º vice-presidente da Casa, entregou ao deputado Edison Andrino uma placa comemorativa em nome dos 40 deputados.

O orador da solenidade, professor doutor José Isaac Pilati, membro do Instituto e do Departamento de Direito da UFSC, disse que a entrega desse novo prêmio do IHGSC ao deputado Andrino "é uma honraria pelo denodo, valentia e obstinação na aprovação da Emenda Constitucional".

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico o homenageado recebeu o diploma de mérito das mãos do presidente da instituição e do 2º vice-presidente, Oswaldo de Mello.

Em seu pronunciamento, Andrino enfatizou a alegria e a honra em receber essa homenagem do Instituto, que tem 108 anos de atuação no Estado. "Nesse momento da política brasileira em que o Congresso Nacional vive um processo de desgaste, me sinto extremamente honrado".

Andrino aproveitou a oportunidade para agradecer a todos os que colaboraram para que a Emenda Constitucional fosse aprovada e entregou ao presidente do IHGSC um exemplar da nova Constituição Federal, onde já está incluída a Emenda nº 46, pela qual Andrino recebeu a homenagem. (RMPP)

Grupo vai avaliar demanda para Udesc

(foto Jonas Lemos Campos)

Após a manifestação de vários professores e estudantes, durante audiência pública realizada no dia 11, em Joinville, foi aprovado encaminhamento do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) para que se constitua uma comissão que irá estudar a ampliação dos cursos oferecidos pela Udesc no Estado, a partir de uma pesquisa de demanda. Essa comissão deverá ser integrada por um representante da Assembléia Legislativa, um da administração da Udesc, um do conselho das entidades empresariais, um da sociedade civil, um acadêmico e um professor.

A audiência foi realizada a pedido do deputado Dentinho através da Comissão de Educação, para discutir a ampliação de cursos na área das Ciências Humanas. “Atualmente, a Udesc de Joinville só tem cursos na área das Ciências Exatas. Ainda pretendemos construir um Cefet (Centro de Educação Federal Tecnológica) autônomo para 3.500 alunos, tanto do ensino médio como superior, com um total de sete cursos”, explicou. Participaram do debate, na Câmara de Vereadores de Joinville, o reitor da instituição, Anselmo Moraes, o representante da Associação dos Professores da Udesc, João Soccas, o representante do Diretório Acadêmico 9 de Março, Elton Albonaz, e o representante do governo do Estado, Júlio Wiggers.

Dentinho iniciou os trabalhos comparando a arrecadação de ICMS, do qual uma porcentagem é destinada à universidade. Segundo ele, Joinville arrecadou mais

de R\$ 1 bilhão, enquanto Florianópolis somou R\$ 547,701 milhões e Lages R\$ 239,718 milhões. “Observamos que Joinville arrecadou 58,22% a mais do que Florianópolis e 81,72% a mais do que Lages. Entretanto, na distribuição dos recursos, Florianópolis ficou, no ano passado, com mais de R\$ 12 milhões, ou 8,01%, enquanto Lages recebeu quase R\$ 3 milhões e 950 mil, ou 2,56%, e Joinville apenas R\$ 1 milhão 150 mil, ou 0,75%, o que é incompatível”, contabilizou, salientando que o debate era para valorizar o esforço de toda a comunidade acadêmica. Wiggers afirmou que a intenção do governo estadual de ampliar a disponibilidade de cursos pelo Estado exige investimentos que, segundo ele, estão sendo realizados aos poucos.

Além de ampliar o número de vagas, conforme destacou o professor João Soccas, é necessário resolver questões essenciais como a falta de material e os salários dos professores. Segundo o estudante Elton Albonaz, “faltam de componentes eletrônicos para as aulas a papel higiênico nos banheiros”.

O reitor Anselmo Moraes disse que a Udesc recebeu R\$ 101 milhões do governo estadual. “Outros R\$ 60 milhões são de convênios. Temos feito o que o dinheiro permite. Abrimos três cursos no Oeste, investimos em obras e ainda no governo passado os professores receberam 18% de aumento. Neste governo, através de uma Medida Provisória se aumentará os salários em até 20%”, relacionou. (TK)



Políticas públicas para a juventude serão debatidas pela Comissão em todo o Estado

Educação participa de ciclo sobre a juventude

O deputado Paulo Eccel, líder do PT e integrante da Comissão de Educação, será o representante do Parlamento estadual nas 12 audiências públicas regionais que serão realizadas pelo Estado, a partir do dia 2 de outubro, sobre as políticas públicas para a juventude no Brasil. A coordenação é do deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), coordenador da Frente Parlamentar da Juventude e membro do Conselho Nacional da Juventude. As audiências foram definidas no dia 17, durante reunião da Comissão de Educação, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), da qual participaram os deputados Antônio

Ceron (PFL), Celestino Secco (PP), Ana Paula Lima (PT) e Odete de Jesus (PL).

A Comissão também foi informada sobre o encontro entre os deputados Eccel e Simone Schramm (PMDB) e o reitor da Udesc, Anselmo de Moraes, para esclarecer denúncias sobre cobrança de mensalidade dos alunos do curso de Pedagogia a Distância. Eccel recebeu denúncias de estudantes universitários, de ameaças de inclusão no Serasa se houver inadimplência no pagamento das mensalidades. O reitor garantiu que ninguém está autorizado pela instituição a fazer esse tipo de cobrança. (RMPP)

Finanças aprova anistia parcial de multa

(foto Jonas Lemos Campos)



Comissão aprovou parecer do relator

A anistia parcial de multa por descumprimento da legislação tributária estadual até 8 de abril de 2002, com valores limitados a mil reais, proposta pelo governo do Estado, teve o parecer do relator, deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), aprovado em reunião da Comissão de Finanças e Tributação, no dia 17.

Os integrantes da Comissão aprovaram ainda o projeto de lei governamental que autoriza a doação de imóveis aos municípios, relativos a unidades escolares do ensino fundamental, desativadas em função do projeto de nucleação ou de transferência das atividades de gestão integral e do corpo discente. A inici-

ativa regulariza a ocupação das unidades escolares pelos municípios, além de possibilitar o uso em outras atividades de interesse público, social, cultural e pedagógico e evitar a depredação de patrimônio por falta de ocupação. A proposta proíbe que os municípios usem esses imóveis para qualquer outra finalidade. (SD)

Catador terá data comemorativa

Na primeira reunião sob a presidência da deputada Ana Paula Lima (PT), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais apreciou o Projeto de Lei nº 178/05, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), que institui o dia 22 de setembro como Dia dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Santa Catarina. A proposta foi aprovada pelos deputados Francisco Küster (PSDB), Wilson Vieira – Dentinho (PT), representante Francisco de Assis (PT), e Reno

Caramoni (PP).

Dentinho pediu vista ao Projeto de Lei nº 179/05, também de autoria de Ponticelli, que institui o dia 21 de abril como o Dia da Família Adotiva Catarinense. “Temos que analisar melhor esse projeto, pois acredito que esta data já exista”, justificou.

Küster salientou que os legisladores precisam ter mais cuidado com encaminhamentos de projetos como os aprovados hoje. “Não é o caso deste, assinalou.” (DAB)

(foto Alberto Neves)



Dia dedicado aos recicladores foi aprovado por unanimidade

Desenvolvimento turístico depende de planejamento

Em audiência pública proposta pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, o Legislativo avaliou no dia 15, as carências e os avanços da atividade turística. “É ingênuo pregar posturas preservacionistas extremas, que visam defender a natureza afastando dela a presença humana e bloqueando o desenvolvimento econômico. Mas é imoral compactuar com formas predatórias de exploração, pois a exaustão de recursos naturais e da biodiversidade provocaria o desaparecimento da qualidade de vida e, por conseqüência, do turismo de qualidade, que acreditamos ser nossa vocação natural”, afirmou Godinho, para quem o turismo e a preservação do meio ambiente são dois fatores indissociáveis. De acordo com dados levantados pela Santur (Santa Catarina Turismo S/A), 70% dos turistas que visitam Santa Catarina vêm em busca de seus atrativos naturais.

Conforme o secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel (PSDB), que fez um relato sobre principais ações da administração estadual na área de turismo, o governo está elaborando o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer. Os estudos para sua elaboração iniciaram em março de 2003, quando foi contratada

uma empresa de consultoria para, junto com membros do governo, percorrer os 293 municípios do Estado e verificar suas potencialidades turísticas. A partir deste trabalho estão sendo definidas ações para compor o Plano. A intenção, segundo Knaesel, é encaminhar projeto de lei para apreciação do Parlamento, tornando o Plano numa política de ações contínuas, independente do quem esteja governando.

Em seu relato, ele informou que o governo estadual deve implantar ainda neste ano um projeto de sinalização para as principais rodovias catarinenses, por onde passam 90% dos turistas que visitam Santa Catarina. O projeto já teve sua execução

autorizada e, além disso, salientou Knaesel, o governo tem investido em divulgação. “A Santur agora só cuida da promoção do turismo do Estado. A Secretaria é que cuida da política, do planejamento e dos investimentos no setor”, explicou.

O Prodetur/Sul (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil e Mato Grosso do Sul), continua dependendo de autorização do Senado ao Ministério do Turismo para assinar o contrato de financiamento junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O Prodetur tem coordenação nacional do Ministério para o fomento da atividade nos estados da Região Sul e Mato Grosso do Sul. “O projeto vem sendo discutido há cerca de 10 anos”, disse.

Infra-estrutura é maior desafio

O apoio do Poder Legislativo e da Secretaria de Estado para o processo regional de fomento do turismo nos municípios vizinhos às grandes cidades foi reivindicado pelo coordenador do Comitê de Turismo da Grande Florianópolis, Wilson Farias. “Os bons programas regionais não são discutidos em pequenos municípios.” Além disso, salientou, as praias estão sendo aproveitadas, “mas o resto do ecossistema está muito sofrido, ainda mais pela falta de infra-estrutura para os esportes.” Farias defendeu mais investimentos para incluir festas como as do Espírito Santo, da Farinha e da Tainha em um novo roteiro que aconteceria entre os meses de maio e agosto.

O prefeito de Laguna, Célio Antônio (PT), pediu ao secretário que o Estado defina uma cota maior, dos 25% da arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços) destinados aos municípios que tenham patrimônio histórico tombado, cuja manutenção, segundo ele, é muito cara. “Minas Gerais já tem essa política concretizada”, citou. Gilmar Knaesel prometeu estudar a sugestão ou outra forma de compensação a esses municípios.

Investimentos na qualificação de mão-de-obra específica, para o Diretor de Planejamento da Santur, Flavio Agustin, estão no topo da lista de ações essenciais para o desenvolvimento do setor. “Florianópolis é rica em cultura, lazer e turismo, sendo importante que tenha roteiros bem estruturados que abranjam todo o Estado. “Temos que investir no aperfeiçoamento de profissionais na área de turismo”, destacou.

Ao finalizar a audiência, Godinho lembrou que a área do turismo é a que mais gera empregos, e apesar das dificuldades enfrentadas vem buscando conquistar novas ações para seu fortalecimento. “A Secretaria da Cultura, Turismo e Esporte vem desenvolvendo um excelente trabalho e tem como objetivo interligar as atividades de turismo entre todos os municípios catarinenses.” Godinho defendeu a criação em Santa Catarina de uma secretaria de Estado especial para tratar somente do turismo. (MAP/DAB/TM)



Turismo precisa de planejamento e investimentos públicos e privados

Audiência discutirá situação de Parque

No próximo dia 29, o município de Urubici irá discutir em audiência pública, que será realizada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), a situação do Parque Nacional de São Joaquim. De acordo com o parlamentar, desde que o parque foi criado, em 6 de junho de 1961, as famílias proprietárias das terras ainda não foram indenizadas.

O parque abrange os municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro e Orleans. Godinho afirmou que os moradores ainda estão nas terras porque ainda não tiveram notícias de quando, nem como e nem quais os méritos que serão discutidos para valorização das terras. (GMP)

Encontro avaliará meio ambiente

A audiência pública requerida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), atendendo pedido de agricultores da região de Içara, no Sul do Estado, deverá ser realizada em setembro, em dia a ser indefinido. O debate, em que seriam discutidos os impactos causados ao meio ambiente, principalmente aos mananciais de água, provocados pela extração do carvão mineral, estava marcado para o último dia 12. Em reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, na quarta-feira (17), para tratar desta audiência, o deputado Sérgio Godinho (PTB), que a preside, explicou que o encontro foi desmarcado em ofício enviado pelo presidente do Parlamento catarinense, deputado Julio Garcia (PFL). “A reunião foi suspensa por motivo de conflito entre mineradores e agricul-

tores da região. O presidente queria evitar maiores problemas”, explicou Godinho.

Com as explicações do representante da ONG Movimento pela Vida, Gilmar Bonifácio, a Comissão decidiu remarcar a data da audiência. “Ficamos preocupados com o cancelamento da audiência pública. Vim aqui pedir a sua realização. Estamos há dois anos sendo boicotados no que diz respeito a essa discussão e à instalação dessa mineradora”, reivindicou Bonifácio, representante da Movimento pela Vida. Segundo ele, a extração de carvão vai prejudicar o abastecimento de água, já que o município não é abastecido pela Casan e sim através de fonte natural. Serão de oito a dez comunidades atingidas, ou seja, mais de 400 famílias. “Nós só que-

remos conversar com os representantes da mineradora. Queremos questionar quais serão as conseqüências da mineração no município. Não queremos conflito, só queremos o que é nosso.”

A Comissão também aprovou o Projeto de Lei nº 115/05, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), que confere a Gravatal o título de Capital Catarinense das Águas Hidrominerais. No projeto, o parlamentar diz que essas termas estão classificadas entre as melhores, tendo a segunda melhor água do mundo, perdendo apenas para Eaux Les Termes, na França.

Estavam presentes na reunião, além do deputado Godinho, os deputados Afrânio Boppré (PT), Ana Paula Lima (PT), Simone Schramm (PMDB) e Jorginho Melo (PSDB). (GMP)

BR-282: mobilização só termina com a rodovia pronta

Carlos Agne

Com a presença de mais de mil pessoas, que lotaram as dependências do Clube Comercial, em São Miguel d'Oeste, o presidente do Fórum Parlamentar Permanente da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), abriu a audiência pública fazendo um relato sobre a atuação do Fórum, criado em 1995.

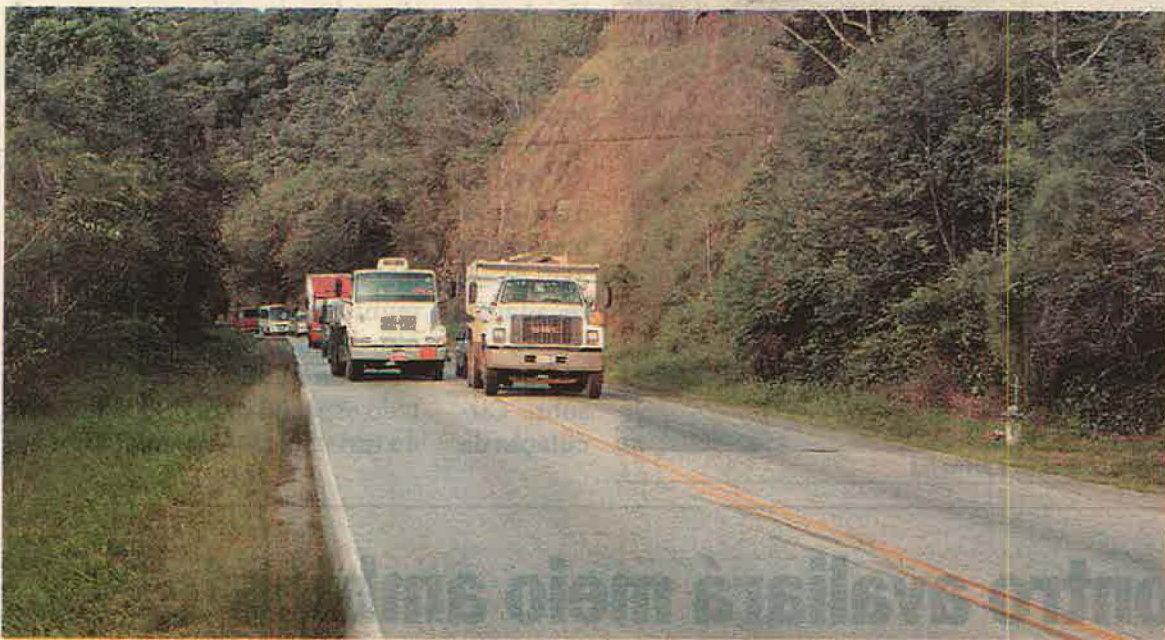
Titon explicou que, anteriormente, trabalhava-se somente como uma comissão parlamentar, cujo objetivo era o de travar lutas em favor da BR-282, especificamente para a conclusão dos trechos ainda não pavimentados. O parlamentar fez um breve históri-

co sobre a "novela" que envolve as obras da rodovia, há mais de quatro décadas. "Tudo começou com o trecho que falta pavimentar, entre Lages e São José do Cerrito, e da localidade de Vargem até Campos Novos. Mas o restante da rodovia precisava de manutenção e, numa reunião do Fórum, em Lages, foi colocada a necessidade do asfaltamento do trecho de 29,6 quilômetros, entre São Miguel e Paraíso, na divisa com a Argentina", relatou.

O deputado esclareceu a situação em que se encontra cada trecho da rodovia, salientando que a ligação de São Miguel à divisa está apenas licitada. Nenhum investimento até o presente momento foi realizado. Desde 2002, os

outros trechos continuam paralisados por diligência do Tribunal de Contas da União, devido à constatação de que alguns contratos estão irregulares, ficando sob investigação até a entrega do relatório final. Com isso, ficaram acertados e repactuados os preços com a empreiteira ARG, já definida para os trabalhos de pavimentação. "Queremos dizer a todos que os nossos deputados têm sido os baluartes na luta para ver concluída essa novela que se arrasta há mais de 40 anos. Essa tem sido a nossa luta e estamos brigando para ver a conclusão da rodovia, espinha dorsal da economia do nosso Estado e que liga o litoral catarinense à fronteira com a Argentina", ressaltou.

Término das obras ainda depende de vontade política do governo federal



A 282 é, juntamente com a BR-101, um corredor essencial para o desenvolvimento econômico

O vice-presidente da Alesc, deputado Herneus de Nadal (PMDB), reconheceu o trabalho que vem sendo executado pelo Fórum e também pelos deputados estaduais que não o integram mas têm estado mobilizados pela finalização da 282. "Há uma grande expectativa, há várias décadas, pela conclusão do asfaltamento da rodovia, mas ainda dependem do esforço político do governo federal. Foram 40 a 50 anos para conseguir viabilizar essa obra importante para Santa Catarina, que liga a cidade de Lages à BR-470, o Oeste ao Planalto Serrano e à capital. Também porque liga São Miguel d'Oeste a Paraíso e à Argentina. É uma estrada. Pelas dimensões que alcança, ela é im-

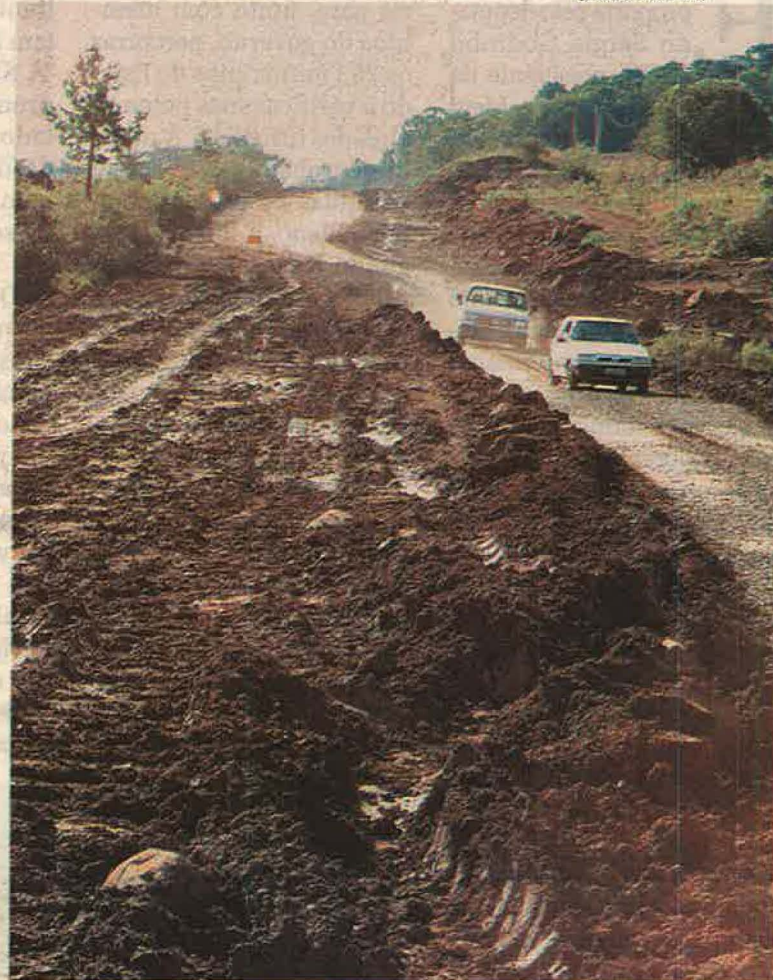
portante para o Brasil e para o corredor bioceânico", disse.

Herneus lembrou que foram vivenciadas duas etapas distintas para chegar a essa mobilização: o imbróglio jurídico legal, com ajustes de preços aos valores praticados no mercado, e a visita dos prefeitos de Paraíso e São Miguel à reunião do Fórum, em Lages e depois em Brasília, em contato com o TCU. "É uma fase que conseguimos superar. Agora vem a fase da viabilização dos recursos para que possamos concluir a obra. Mobilizações iguais a essa, suprapartidária, é que podem sensibilizar as autoridades para chegarmos aos nossos objetivos e garantir ainda neste ano a liberação de recursos. Precisamos

garantir no Orçamento da União as verbas para dar andamento a esse projeto audacioso, necessário e imprescindível para o progresso, desenvolvimento e bem-estar da população de nossa região", assinalou.

O parlamentar elogiou o esforço dos prefeitos e destacou a necessidade do trabalho dos deputados federais para sensibilizar o governo para que coloque como prioridade das prioridades essa rodovia que faz a integração de Santa Catarina e projeta o Brasil. "Falei com deputado federal Fernando Agustini - Coruja (PPS), coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, que garantiu uma reunião com todos os envolvidos nos próximos dias", completou.

(fotos Carlos Kilian)



O término da rodovia vai beneficiar todo o Estado, não apenas a região

Lideranças

Várias lideranças da região fizeram suas manifestações de apoio e de agradecimento ao Fórum Parlamentar criado pela Assembleia Legislativa, acreditando ser esse o melhor caminho para conseguir o pleito em curto espaço de tempo.

O prefeito de São Miguel d'Oeste, José Carlos Valar (PMDB) rememorou que, em 1970, a BR-282 já chegava ao seu município. "Os mais velhos, que estão aqui presentes, sabem disso. Com a criação do Fórum, levamos ofício a Lages e, com apoio de Titon, Nadal e Padre Pedro, foi aceita a inclusão de nosso trecho na luta dos parlamentares. Os alunos, o comércio e prestadores de serviço estão reivindicando, sem falar nos sindicatos e nas empresas exportadoras, que serão beneficiadas. Tanto aqui em São Miguel como em Paraíso, decretamos ponto facultativo para que a comunidade pudesse vir somar junto a esta mobilização, que terá continuidade com uma cavalgada em apoio à 282. Vamos a cavalo até o rio Peperi, com cerca de 200 cavaleiros", acrescentou.

O prefeito de Paraíso endossou as idéias de seu antecessor e disse que a participação efetiva da comunidade, junto com os deputados, vai influenciar muito na conquista do pleito. O argentino Daniel Llano parabenizou o esforço para conseguir os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Estado, ainda mais agora que seu país será beneficiado. "É uma forma de encurtar distâncias e interagir na economia, favorecendo o Mercosul e o corredor bioceânico" manifestou.

O engenheiro João José dos Santos, representando o Ministério dos Transportes, deu um alento aos presentes ao anunciar que a obra pode ser realizada e que o primeiro passo já foi dado, já que a obra da BR-282, hoje delegada ao Estado, passará para a União. Seguindo determinados passos burocráticos, a rodovia pode ter recursos liberados dentro de 60 dias. "A questão local, do asfaltamento até Paraíso, deve receber o apoio da Frente Parlamentar Catarinense e ser incluída no orçamento do próximo ano", complementou.

TV Assembléia mostra Santa Catarina

(fotos divulgação SIECESC)

Carvão – Traços do Futuro. Este é o título do documentário que a TVAL produziu sobre a importância da indústria carbonífera no desenvolvimento da região Sul de Santa Catarina e que inaugura uma série de produções cujo enfoque é o potencial catarinense. O audiovisual ilustrou o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, na última terça-feira (16), no Senado. Será exibido pelas TVs do Senado e da Câmara Federal e integra a grade de programação da TVAL.

Além das políticas de recuperação e preservação ambiental, o vídeo destaca os avanços tecnológicos para a exploração mais eficiente e segura, documenta o presente, o passado e o futuro da extração do carvão, mostra que a atividade foi e continua sendo a alavanca do desenvolvimento do Estado, enfatiza o potencial da atividade carbonífera e os benefícios da definição de uma política para o uso do carvão mineral, especialmente para os catarinenses. Garante o fornecimento de energia segura em períodos de seca, como a do último verão.

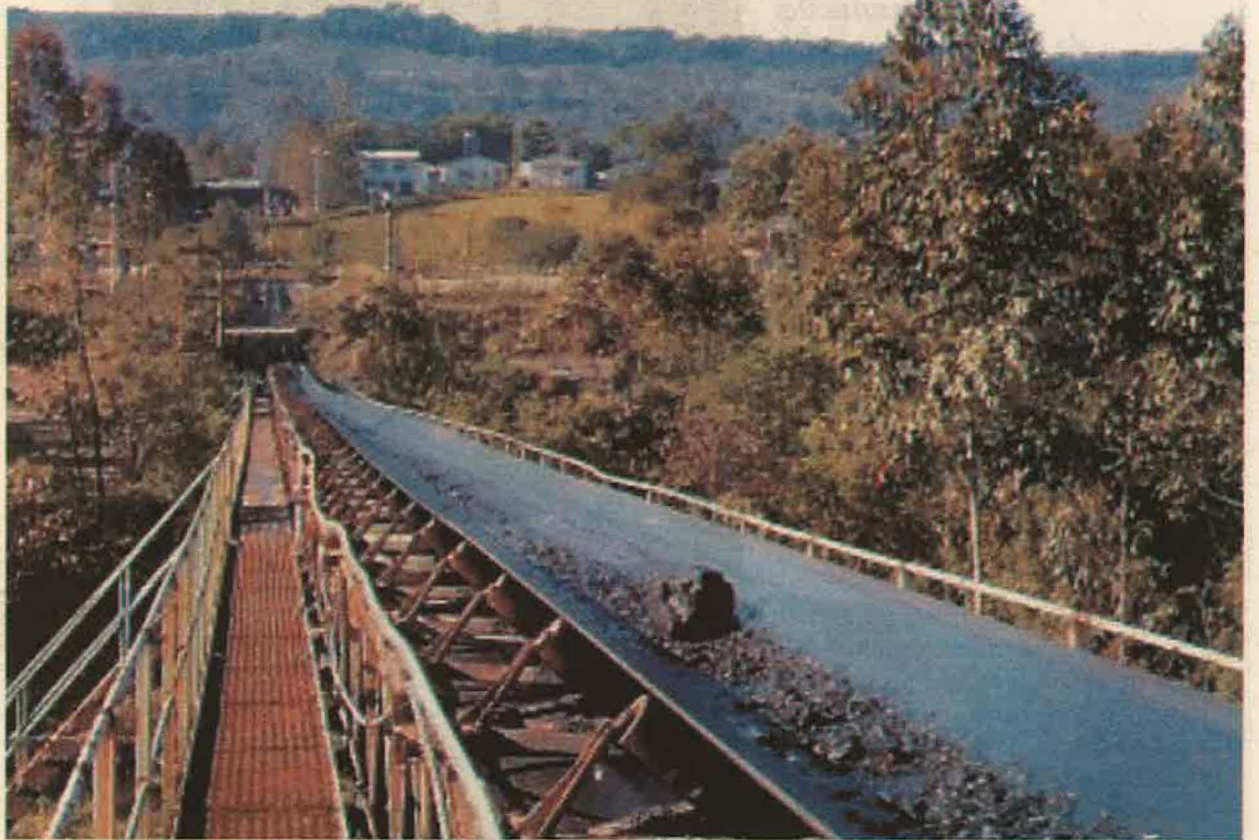
Entre as vantagens do desenvolvimento econômico e sustentável, o trabalho aponta a geração de empregos em regiões deprimidas economicamente, a reativação da cadeia produtiva do carvão, competitividade no preço da energia em relação a outras termelétricas e projetos de investimentos privados. Além disso, os subprodutos do carvão, como a cinza, podem ser utilizados para a implantação de novas indústri-

as como gesso, cimento, construção civil, cerâmica, gerando mais emprego e traçando novos rumos para a região.

O trabalho enfatiza o início de uma nova fase de desenvolvimento da atividade carbonífera no sul do Estado com a implantação de um parque térmico na região.

Estudos técnicos vêm sendo realizados com base em tecnologias avançadas já desenvolvidas nos Estados Unidos e envolvem as empresas mineradoras da região que, nos últimos cinco anos, priorizaram políticas de recuperação e proteção ambiental, de segurança e saúde dos trabalhadores e investimentos na qualificação tecnológica das minas.

Além do aspecto econômico, o documentário foca a vertente social, através da execução de projetos em educação, formação e qualificação pro-



Mineradoras investem na recuperação ambiental, a começar pelo tratamento da água



Técnicos da mineradora e a equipe da TVAL

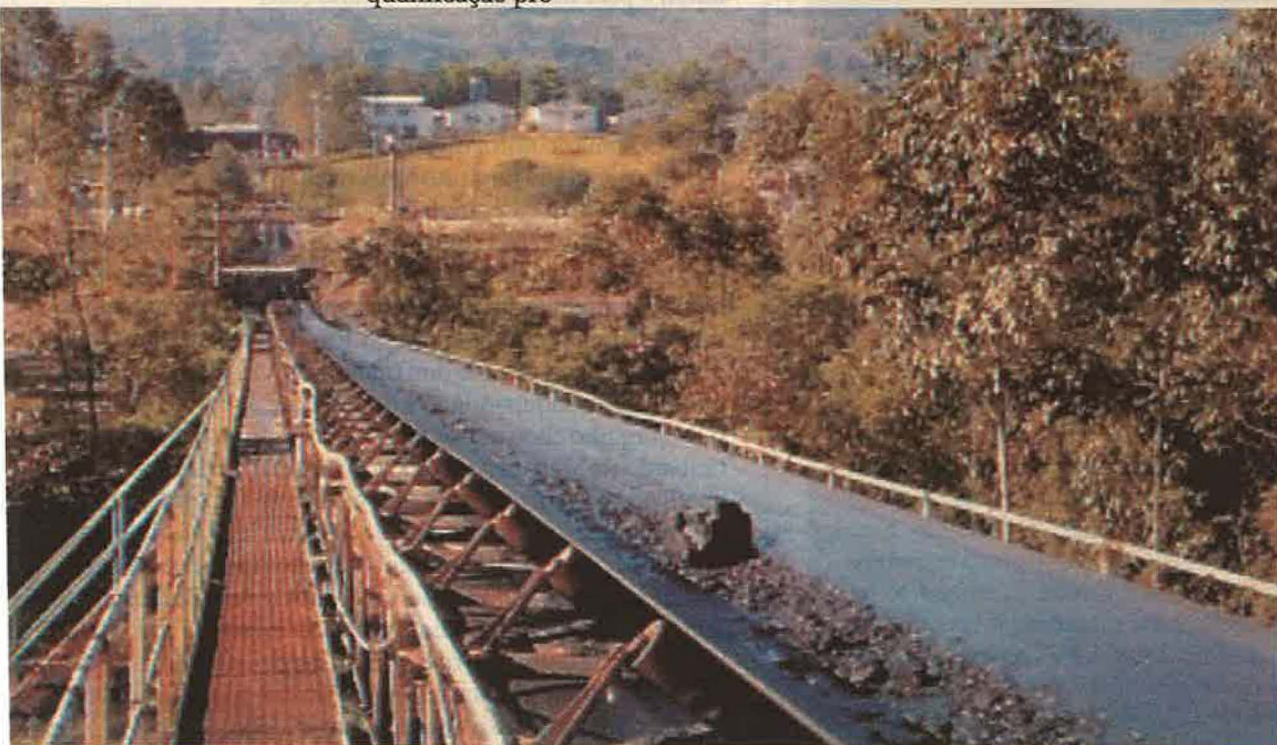
Didático

A equipe de jornalistas da TVAL baixou mina, registrou o processo de extração do carvão e os mecanismos de segurança conquistados ao longo do tempo.

No lançamento, para os integrantes do Siesesc (Sindicato das Indústrias de Extração Mineral do Estado de Santa Catarina), o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), enfatizou que "este é o primeiro de uma série de documentários que a TVAL produzirá para mostrar o potencial das regiões de todo o Estado".

Confira no quadro os canais da TVAL. Vale lembrar que a programação da TV AL está disponível também na internet: www.alesc.sc.gov.br.

- Araranguá – Canal 16
- Balneário Camboriú – Canal 23
- Blumenau – Canal 16
- Brusque – Canal 9
- Chapecó – Canal 16
- Criciúma – Canal 16
- Concórdia – Canal 27
- Florianópolis – canais 16 (NET) e 23 (TVÁ)
- Itajaí – Canal 9
- Jaraguá do Sul – Canal 27
- Joaçaba – Canal 27
- Joinville – Canal 16
- Lages – Canal 27
- Rio do Sul – Canal 23
- São Bento do Sul – Canal 16
- São José – Canal 16
- Tubarão – Canal 16 (CA)



Extração do carvão mineral é uma das alavancas da economia catarinense

Deputados avaliam crise política

(foto Carlos Küster)

As denúncias de corrupção que vêm sendo apuradas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do Mensalão, no Congresso Nacional, tem sido tema permanente nas manifestações em todas as sessões plenárias. O AL Notícias registra a seguir, algumas declarações feitas pelos parlamentares

Reflexão

“O Valério (Marcos, publicitário protagonista do chamado escândalo do mensalão) não produz um pãozinho e sequer vende um cafezinho, mas movimentou bilhões de reais. De onde vem esse dinheiro? Até agora tentam descobrir os receptadores. Mas a quadrilha é muito grande. É necessário e urgente que o Banco Rural seja investigado. Precisamos saber a origem desse dinheiro do Valério, pois esse Brasil a gente não conhece. É um Brasil de dinheiro farto e em abundância.”

Francisco Küster (PSDB)

Filiados

“A maioria dos filiados e políticos eleitos pelo PT em todo o país não concorda ou apoia atos de corrupção que algumas lideranças cometeram. Os filiados que ocupam cargos públicos contribuem com uma parte do salário para organizar o partido e foi com o esforço de todas essas pessoas que o PT se tornou, ao longo dos 25 anos, o maior partido de esquerda organizada da América Latina. Por isso continuo tendo muito orgulho de pertencer ao PT e reafirmo querer trabalhar ainda mais em prol de uma cidade desenvolvida, um Estado mais forte e um país melhor.”

Vânio dos Santos (PT)

Posição

“As denúncias de corrupção envolvendo membros do partido (PT) afogam a esperança do povo brasileiro. Os deputados Francisco de Assis e Paulo Eccel (ambos do PT) são pessoas de bem, que transmitem confiança à sociedade catarinense. A senadora Ideli Salvatti (PT) se transformou em mentirosa e mudou o seu discurso. Na sua prestação de contas, consta que os gastos foram de apenas R\$ 222 mil em sua campanha eleitoral. Isso ela gastou só em santinhos.”

Nelson Goetten (PFL)

Legislação eleitoral

“Hoje (17) pela manhã eu estava assistindo na TV Senado à reunião da Comissão de Constituição e Justiça e notei, durante a discussão sobre o projeto, que havia vários senadores a favor, com argumentos fortes, e vários senadores contra o projeto, também com fortes argumentos.” **Antônio Carlos Vieira (PP)**, anunciando sua desconfiança quanto à aprovação, neste ano, da proposta apresentada pelo senador Jorge Bornhausen



Legisladores defendem reforma política

(PFL), que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, objetivando reduzir os custos, aumentar a transparência nos financiamentos de campanhas eleitorais e as penas por irregularidades. O projeto também prevê a proibição de showmícios, de pagamentos de cachês a artistas e distribuição de brindes durante a campanha eleitoral.

Conjuntura

“O presidente Lula tem dito que a culpa é da oposição e das elites. Ele está transferindo a culpa em vão. Collor era um aventureiro, coisa que Lula não é, e muito menos o seu partido. Lula é um homem de ideologia socialista, de muita luta e muita garra.” **José Carlos Vieira (PFL)**, sobre a posição de Lula quanto à crise e reparando equívocos nas comparações publicadas pela mídia.

Economia

“Admito que o PT errou, mas é bom lembrar que outros partidos cometeram esse mesmo erro. Não quero aqui eximir os responsáveis pelo que está acontecendo, só não podemos calar diante do jogo da hipocrisia que se estabeleceu com essa campanha instalada contra o partido. Não vamos aceitar essa tentativa de afogar o PT porque temos trabalho e resultado para mostrar à sociedade. Não somos um mau exemplo.”

Ana Paula Lima (PT)

Artigo

“Se alguém errou, o partido todo não pode ser julgado por isso. O PT não pode pedir desculpas em meu nome. Ideli não aponta quais foram os erros do partido. O erro cometido foi o da estratégia da composição do governo. Essa estratégia foi a de acreditar que precisava se alinhar com os setores à direita. A direita só dá governabilidade para viabilizar o seu projeto político.” **Afrânio Boppré (PT)**, rebatendo artigo de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT) publicado na Folha de S. Paulo na edição do dia 16.

Aprovados

Adulteração de combustível

Os parlamentares aprovaram na plenária de terça-feira (16) a emenda substitutiva global, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), ao Projeto de Lei nº 103/05, do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que dispõe sobre a concessão e o cancelamento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS para a atividade econômica de importação, distribuição e de transportador-revendedor-retalhista de combustível automotivo derivado ou não do petróleo. As mudanças foram implantadas para dar maior segurança ao consumidor e exigir que estas empresas passem pela inspeção dos órgãos competentes, como a ANP (Agência Nacional do Petróleo).

A inscrição será cancelada para o estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes em desconformidade com as especificações da ANP. Outros motivos para o cancelamento são: a existência de débitos inscritos em dívida ativa, a certificação do rompimento do lacre fixado em bombas de combustível para fins de controle fiscal em desconformidade com a legislação tributária e a apreensão de notas fiscais que estejam sendo utilizadas em local diverso do estabelecimento sem autorização do órgão estadual competente. (RV)

Reforma agrária

O deputado Afrânio Boppré (PT) propôs e o plenário da Assembleia Legislativa aprovou na quarta-feira (17), a instituição do 25 de maio como Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo. A data representa um marco na retomada da luta pela terra e da reforma agrária em Santa Catarina, justificou Afrânio, pois foi nesse dia, em 1985, que 2mil famílias ocuparam duas áreas de terra nos municípios de São Miguel d'Oeste e Abelardo Luz.

A luta em favor da reforma agrária, argumenta o autor, é para modificar a es-

trutura da propriedade da terra, subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo. São objetivos que, quase sempre, encontram resistência e culminam em confrontos e vítimas, inclusive fatais. Assim, considera importante associar a luta pela reforma agrária com a luta pela não violência no campo. A proposta de criar uma data especial para estes movimentos é, também, mais uma das iniciativas que visam estimular a produção familiar e cooperativada, buscando o desenvolvimento das regiões, geração de empregos e contenção do êxodo rural. (CR)

Dia do Maçom

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 152/05, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que institui o Dia do Maçom, a ser comemorado no dia 20 de agosto. A proposição determina ainda que a Mesa da Alesc marcará, anualmente, sessão solene para a comemoração da data, escolhida nacionalmente em referência à reunião da Loja Maçônica Arte e Comércio, na cidade do Rio de Janeiro, em 1822, quando Gonçalves Ledo deu início às atividades que culminaram com a Independência do Brasil.

Jorginho citou outros fatos históricos que tiveram a participação da Maçonaria, como a Proclamação da República, abolição da escravatura e a Inconfidência Mineira. Enumerou também maçons que influenciaram a história do Brasil, entre eles o Barão do Rio Branco, Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Dom Pedro I, Nereu Ramos e Ruy Barbosa. Segundo o parlamentar, “no Sul, especialmente em Santa Catarina, a presença do maçom Giuseppe Garibaldi e de outros tantos nomes importantes demonstra que aqui também a Maçonaria teve um destacado papel”. (RV)

Sorgato propõe mudar lei ambiental

Zelar pelos interesses da agricultura familiar, permitindo o seu desenvolvimento de forma sustentável. Desta forma o deputado Gelson Sorgato (PMDB) resumiu a proposta contida no Projeto de Lei nº 278/05, de sua autoria, ao pedir apoio a sua aprovação em discurso da tribuna, no dia 10. Segundo ele, a agricultura familiar é a mais prejudicada com a legislação vigente. "O projeto irá contribuir para o desenvolvimento do Estado, além de estancar o êxodo rural, evitando o crescimento da população nas grandes cidades, o que gera a marginalidade".

O Projeto estabelece mudanças na fórmula de concessão de licença para o corte das áreas cobertas com capoeira no Estado de Santa Catarina. O Estado conta com uma área total de 95 mil qui-

lômetros quadrados, apenas 1,12% do território nacional e, nas palavras do peemedebista, apresenta índices de produção e produtividade agrícola invejáveis. "Embora tenha conquistado essas condições econômicas, enfrenta sérios problemas na área rural, com evasão do homem do campo para os centros urbanos. O LAC (Levantamento Agropecuário) registrou que, nos últimos 10 anos, 17 mil estabelecimentos rurais deixaram de existir. É alarmante esse resultado", informou.

Sorgato acredita que, mesmo passando por dificuldades, a cobertura florestal no Estado continua crescendo, abrangendo hoje 37% do território, mostrando assim a consciência de preservação das populações ru-



Sorgato pediu apoio ao seu PL

rais, inclusive das pequenas propriedades. "Espero que haja um avanço na legislação ambiental de Santa Catarina para buscar um entendimento maior entre o homem e seu meio sem prejuízos ao desenvolvimento econômico e social." (TM)

Paralisação na BR-101 preocupa Mota

De acordo com o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, as obras de duplicação do trecho sul da BR-101, que começaram em ritmo acelerado, estão paradas em determinados lotes. "Acho que está faltando combustível nas máquinas. O nosso sonho de repente paralisou. Sinto que a situação está piorando", reclamou o deputado durante intervenções feitas da tribuna na última semana.

"Grande parte dos consórcios está parada porque precisa de uma licença do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para continuar os trabalhos. Eles não permitem a retirada da argila", comentou Mota. Ele pediu que sejam convidados representantes do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes), do Ibama e das empresas concessionárias, através da Comissão de Transportes, para discutir o assunto, que pode acontecer no dia 24.

Governo – Mota também voltou a rebater as críticas do líder do PP, deputado Joares Ponticelli, ao governo. Para o líder do PMDB, o pepebista "deveria mudar o CD e apresentar propostas para o povo catarinense". Mota afirmou que, durante o governo



Manoel Mota: luta pela vida

de Esperidião Amin, Ponticelli só criticava o governo anterior, do peemedebista Paulo Afonso Vieira. "Esqueceram de fazer obras e perderam as eleições", disse.

O líder informou que nestes dois anos e meio do governo LHS, só na região Sul, o Deinfra já implantou ou reabilitou 62 quilômetros de estradas, "sendo 43 quilômetros a mais que o governo de Amin". Mota observou que "isso se deve à administração responsável, criativa e de execução e realizações de Luiz Henrique". (GMP/MOR)

Banco de células-tronco funcionará em quatro meses

O Banco de Sangue de Cordões Umbilicais de Santa Catarina, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 13.450, de 25 de julho deste ano, deverá estar em funcionamento dentro de quatro meses. A autora da lei, deputada Simone Schramm (PMDB), informou que o governo do Estado dispende de R\$ 1 milhão para a instalação do Banco, junto ao Hemosc (Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina), em Florianópolis. O Ministério da Saúde será o responsável pelo custeio mensal. O Banco de Sangue de Cordão Umbilical do Estado tem caráter público.

Simone agradeceu a todos



Simone fez o anúncio aos seus pares

que colaboraram com esta realização, entre eles os 40 deputados estaduais que assinaram ofício ao ministro da Saúde, José

Saraiva Felipe, pedindo o credenciamento do Banco na Rede BrasilCord.

A deputada também é autora da Lei nº 13.449, de 25 de julho de 2005, que autoriza doações de cordões umbilicais no Estado de Santa Catarina.

Mulher empresária –

A parlamentar anunciou ainda projeto de lei de sua autoria instituindo o Dia Estadual da Mulher Empresária, sempre no dia 17 de agosto. "O reconhecimento e o respeito ao papel que exercem muitas mulheres catarinenses são fatores de enriquecimento cultural e econômico em nosso Estado", declarou Simone. (MAP)

Celesc deve se manter pública

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado João Henrique Blasi (PMDB), quer impedir a desverticalização da Celesc, a maior empresa estatal de Santa Catarina. De acordo com o deputado, o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, esteve em Brasília no dia 16 discutindo com a Aneel

(Agência Nacional de Energia Elétrica) uma forma de manter a Celesc como uma empresa pública.

Para Blasi, a solução deve contar com o apoio dos funcionários, assim como do próprio Legislativo, pois para ele "a Celesc alavanca o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina". (SCT)



Líder do Governo defende Celesc pública

PP quer decisão sobre pedidos do STJ

Em requerimento recebido no dia 11 pela Mesa, a bancada do PP solicita a análise e manifestação sobre os seis pedidos do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) para processar o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Os processos seriam por crime de imprensa (2); ação contra decreto que restringe o trabalho da fiscalização no Estado e descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (3). Além do requerimento, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) voltou a pedir, no mesmo dia, em discurso no Plenário, que a Assembleia Legislativa se manifeste.

Ele entende que a demora na deliberação não favorece o governador, pois o STJ está apenas sustando o prazo enquanto o go-

vernador está cumprindo o mandato, mas o processo não vai para arquivamento por decurso de prazo. "Não acho que o governador tenha culpa. Receio que mais tarde venha a nos acusar de não termos autorizado o andamento do processo. Responder na qualidade de governador é uma coisa, como cidadão comum, é outra. Quando fui secretário da Fazenda, respondi a diversos processos do Tribunal de Contas do Estado com bastante tranquilidade, pois tinha domínio e acesso às informações. Sem esse acesso é muito complicado", esclarece Vieirão.

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL) informou que o requerimento do PP foi recebido naquele dia (11) e que seria dado prosseguimento a sua apreciação. (SD)

Gonçalves propõe data comemorativa

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) anunciou na sessão plenária do dia 10 que pretende re apresentar projeto de lei definindo o dia 8 de setembro como o Dia da Descascadeira de Camarão. O Projeto de Lei nº 170/2004, que preten-



Data especial foi defendida por tucano

dia a criação desse dia, foi arquivado em 3 de janeiro deste ano. O mesmo projeto já havia sido apresentado em 2003, quando chegou a ser aprovada uma emenda substitutiva global ins-

tituindo o Dia do Trabalhador Artesanal. "Fui contrário a essa proposta", disse o deputado. Este projeto também acabou arquivado.

Ele citou que assistiu esta semana a uma reportagem em uma emissora de televisão sobre o trabalho das descascadeiras de camarão. Ele também parabenizou

José Eli Francisco por sua recondução ao cargo de presidente do Sindicato dos Radialistas da Região Norte e Nordeste de Santa Catarina. Nilson Gonçalves é vice-presidente da chapa eleita no dia 8. (MAP)

Anúncio de LHS divide opiniões

Declarações atribuídas pelo deputado Joares Ponticelli (PP) ao governador Luiz Henrique da Silveira, de que pretende ampliar dos atuais 30 para 50 o número de secretarias regionais, provocou mais um embate em Plenário entre pepebistas e o líder da bancada do PMDB, Manoel Mota, nas sessões plenárias da última semana.

O anúncio de Luiz Henrique, conforme Ponticelli, foi publicado em jornal diário da região oeste catarinense. "O que Santa Catarina quer é que o governador cumpra o que disse em campanha sobre aumentar os recursos para bolsas de estudos, equiparar o salários dos professores estaduais ao recebido pelos professores em Joinville, o pagamento do salário às 13 mil famílias que participam do programa de reflorestamento e a descentralização da saúde, levando, por exemplo, o serviço de quimioterapia ao hospital de Tubarão", comentou.

A informação dada por Ponticelli foi classificada de improcedente pelo líder do PMDB, deputado Manoel Mota. Mota afirmou que, nota publicada em coluna de política restabeleceu a verda-



Líder do PP: "Não há descentralização."

de. LHS teria dito que, quanto mais secretarias regionais, mais eficiente o processo de descentralização.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) rebateu. "Enquanto o deputado Duduco (Nilson Nelson Machado - sem partido) reclamava da falta de verbas para as creches, a SDR de Criciúma contratou, com dispensa de licitação, um mestre de cerimônia. A SDR de Maravilha contratou, sem licitação, pesquisa de opinião pública a um custo de R\$ 28 mil". (MOR/SD)

Peninha defende adequação de lei federal

A Lei nº 7.803/89, que estabelece normas para a reserva legal de mata ciliar nas propriedades agrícolas, caso seja mantida como está, poderá inviabilizar um grande número de propriedades em nosso Estado e como consequência poderá gerar um grave problema social.

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) defende mudanças na lei federal e uma de suas iniciativas foi o envio de requerimento ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e ao presidente do Ibama. "Proponho uma mudança na lei atual, adequando-a às características de nossa estrutura fundiária e às necessidades do agricultor catarinense", diz no documento.

Colatto - Acusações feitas pelo líder do PP, de-

putado Joares Ponticelli, ao secretário estadual da Articulação Nacional, Valdir Colatto, de que estaria "estimulando a luta armada entre agricultores", foram rebatidas com veemência por Peninha. O parlamentar citou o trabalho que o secretário vem desenvolvendo em prol das 300 famílias de agricultores serra-

nos, que há 44 anos tiveram suas terras desapropriadas devido à criação do Parque Nacional de São Joaquim. Peninha definiu Colatto como um grande homem público que defende Santa Catarina.

Na oportunidade, o deputado ainda elogiou as propostas do senador Jor-



Deputado justificou reivindicação

ge Bornhausen (PFL) de promover alterações na legislação eleitoral ainda este ano. Ele citou a simplificação do formato dos programas e a redução do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV, proibição de showmícios e propagandas com faixas e out doors, camisetas e bonés no dia da eleição. (MOR)

Duduco cobra soluções e protesta

Em manifestação na sessão plenária do dia 11, o deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido) cobrou ações práticas de atendimento às pessoas que ficaram desabrigadas após a passagem do ciclone extratropical em Santa Catarina, no último dia 9, e que atingiu fortemente a Grande Florianópolis. "Essas pessoas precisam de solução imediata e ter suas moradias. E não adianta justificar que estavam em área de preservação permanente. Devia ter fiscalizado antes."

Transporte - Duduco cobrou ainda a abertura da "caixa preta do transporte coletivo da capital, tão prometida pelo prefeito Dário Berger durante a campanha eleitoral". Para ele, este deixou de ser um assunto de interesse restrito a Florianópolis, pois trata-se de um grave problema de transporte público.

IPTU - Insatisfeito com a atual administração da capital, que vai colocar na lista do Sersa que não estiver em dia com o pagamento do

IPTU, o deputado fez duras críticas ao prefeito, classificando a edição do decreto ordenando a inclusão de "absurda", pois atinge justamente os menos favorecidos. "E quando o prefeito não cumprir com a sua palavra, como vai pagar?", indagou o parlamentar.

Creches - O deputado também fez um apelo para que o Ministério Público junto com as autoridades responsáveis, se mobilizassem quanto ao repasse de verbas para diversas creches da Grande Florianópolis (SD/TM)



Reno: "Temos que nos adequar."

Caramori reúne-se com Epagri

Na tentativa de adequar a produção de suínos em Santa Catarina para a exportação mundial, principalmente no que se refere ao destino de seus dejetos, o deputado Reno Caramori (PP) participou de uma reunião na Epagri, onde discutiu estratégias para o ordenamento sustentável da suinocultura em SC. Participaram do encontro técnicos da Polícia Ambiental, Embrapa, Secretaria Estadual da Agricultura, sindicatos e associações do setor.

Em 2004, a Rússia foi o país que mais importou carne suína brasileira, cerca de 62,5%. De acordo com Caramori, agora o Brasil está tentando colocar a carne suína no mercado da União Européia. "A única dificuldade refere-se ao destino dos dejetos, para preservar o meio ambiente, principalmente os rios. Essa é uma preocupação dos governos, já que, por enquanto, os países que importam o produto estão sendo tolerantes. Mas, fazem algumas exigências e os produtores precisam adequar-se a elas."

As exportações do agronegócio em SC dobraram de 1998 a 2004, disse o parlamentar. No ano passado, os suínos representaram 7% nas exportações. Fora isso, a suinocultura gera 80 mil empregos, 20 mil diretos e 60 mil indiretos. "O nosso Estado é o primeiro produtor nacional, com cerca de 5,6 milhões de cabeças". Os municípios com o maior efetivo são Concórdia, Seara, Xavantina, Braço do Norte, Xaxim, Videira e Iomerê. (DAB)

Vieirão questiona portaria

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) questionou portaria publicada no *Diário Oficial* do Estado, de 11 de agosto, em que o secretário estadual da Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel (PSDB), anula o item 1.3 da Portaria nº 26, de 12 de julho de 2005. Esse item refere-se ao projeto PTEC 205/052, que credenciava a empresa CLC Promoções e Eventos a captar até R\$ 2,5 milhões no Estado para a escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense, que levará para o carnaval do Rio de Janeiro enredo sobre Santa Catarina.

Para ele, não ficou clara a publicação no DO do item da Portaria nº 26, que "determina o prosseguimento da instrução processual condicionando à for-



Progressista pediu explicações ao governo

mulação prévia dos respectivos convênios ou contratos administrativos, que preverão em suas cláusulas e na forma da legislação vigente todo o detalhamento técnico-jurídico que regerá o relacionamento entre Estado e proponente". "Não foi cancelado o contrato com a proponente (a empresa CLC Promoções e Eventos)?" questionou o deputado, pedindo resposta ao governo estadual sobre o assunto. (MAP)

PT quer mudar aposentadoria do governador

O deputado Paulo Eccel, líder do PT na Alesc, anunciou da tribuna, na sessão plenária do dia 11, iniciativa de sua banca, junto a outros deputados, para aprovar uma modificação na redação do Artigo 195, da Constituição Estadual, referente à aposentadoria dos governadores. "Nossa proposta é mudar o texto desse artigo", informou.

A redação proposta diz que "o titular do cargo de governador do Estado, que o tenha exercido em caráter permanente, fará jus, a partir da cessação do exercício, a um subsídio mensal vitalício igual aos vencimentos de desembargador do Tribunal de Justiça, para o caso de cumprimento integral do mandato, ou proporcional ao tempo em que ocupar o cargo, quando o cumprimento for parcial." Essa é a nova proposta, ressaltou Eccel. (TM)

Saneamento é prioritário para Godinho

A quebra de contrato de serviço da Casan com grande parte dos municípios catarinenses que originou cerca de 12 audiências públicas da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), continua no centro das preocupações da Comissão e do parlamentar.

Da tribuna, na terça-feira (16), o deputado relatou que a maior parte dos municípios estava rompendo ou já havia rompido com a Casan. "Podemos perceber que a maior preocupação das prefeituras é com a água. Mas, o mais importante, que é o saneamento, é ignorado. Muitos dos municípios consideram que isso é uma preocupação do governo federal. Mas não é assim que as coisas funcionam. O lançamento dos efluentes contribui para a degradação do meio ambiente. Temos que agir", afirmou.

Ele informou que o Ministério Público Estadual abriu inquérito que irá estudar a verdadeira situação dos efluentes no Estado. Após esses estudos, deverá ocorrer uma reunião entre a Fecam (Federação Catarinense dos Municípios), o Ministério Público, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) e a Alesc para que se viabilize um ajuste de conduta. "O ajuste exerce-



Petebista defende ajuste de conduta

rá pressão junto aos municípios para que coloquem o saneamento básico como prioridade", concluiu Godinho.

Celesc - Durante audiência pública para discutir questões relativas à preservação ambiental na região da Usina do Salto Caveiras, realizada no último dia 12, na Câmara de Vereadores de Lages, Godinho cobrou da Celesc a realização de estudos de impacto ambiental objetivando a preservação e o uso sustentável das áreas do entorno do alagado, bem como da utilização do lago da usina pelos moradores e turistas. A Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente, de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. O representante da Celesc, Antenor Zimmermann, afirmou que a estatal irá adequar-se à legislação ambiental. (IRM/

Merísio anuncia o PARAJASC

O deputado Gelson Merísio (PFL) anunciou a realização dos PARAJASC paralelamente aos JASC (Jogos Abertos de Santa Catarina) deste ano, voltados para os atletas com algum tipo de deficiência. A competição ocorrerá de 25 a 28 deste mês, em Chapecó, cidade que vai sediar a 45ª edição dos JASC, de 3 a 12 de outubro. Neste ano, está prevista a participação de aproximadamente 80 municípios, com a presença de mais de 2 mil atletas disputando 23 modalidades esportivas.

A primeira edição dos PARAJASC, salientou, vai marcar



Merísio: oportunidade aos atletas especiais

a história do esporte catarinense e, principalmente, a cidade

de Chapecó, que sempre demonstrou um grande empenho na área. "O prefeito de Chapecó, João Rodrigues (PFL), está de parabéns pela iniciativa."

As emoções do JASC 2005, enfatizou Merísio, começam no dia 14 de setembro, quando o fogo simbólico sairá de Brusque com destino a Chapecó. "As competições terão 17 locais definidos, um deles no município de Guatambu, especialmente para a disputa das modalidades de remo e triatlon", informou. (TM)

Aguiar elogia Fundo Social

A distribuição de recursos através do Fundo Social do governo do Estado foi elogiada pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB) na sessão plenária do dia 16. Para o parlamentar, estes recursos estão proporcionando inúmeros benefícios aos municípios, "o que promove um grande desenvolvimento". Aguiar parabenizou o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), "um administrador com visão à sua frente", pela implantação do referido programa.

O deputado agradeceu



Aguiar agradeceu a LHS

ao secretário da Educação, Diomário Queiroz, que com recur-

sos do Fundo Social autorizou a licitação para a construção do Colégio Estadual Rodolfo Ziperer, no município de Canoinhas. Também cumprimentou o secretário estadual da Saúde, que adquiriu um aparelho de ressonância magnética para o município, o que evitará que os moradores do Planalto Norte tenham que se deslocar para Joinville ou Florianópolis quando for necessário efetuarem exames específicos de ressonância magnética. (MOR)

Projeto altera ajuda de custo da PM

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) protocolou na tarde do dia 10, o Projeto de Lei nº 300/05, que altera a Lei nº 5.645, de 30 de novembro de 1979, que dispõe sobre a remuneração da Polícia Militar de Santa Catarina.

De acordo com o parlamentar, de janeiro de 2003 a junho de 2005, o Estado gastou em ajuda de custo com transferência de membros da Polícia Militar R\$ 5,5 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões para oficiais e R\$ 2 milhões aos pra-

ças. "Alguns oficiais ficam dois, três meses em um município, recebem a ajuda de custo e logo pedem transferência para receber novamente. Os oficiais recebem cerca de R\$ 5 mil, enquanto os praças recebem por volta de R\$ 160. Por isso estou propondo esta alteração para que o período para transferências seja de cinco anos."

Dentinho acredita que, com essa alteração, sobre as verbas para que o governo invista em novas viaturas e aumente o quadro de efetivos. (DAB)

Movimento Sem-terra completa 20 anos em Santa Catarina

Os 28 anos de atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o 20 anos de existência do MST (Movimento Sem-terra) no Estado foram homenageados na noite de quarta-feira (17), em sessão solene requerida pela bancada do PT. A CPT, criada em 1975, surgiu em Santa Catarina com o apoio de dom José Gomes, então bispo de Chapecó. O MST conseguiu cerca de 70 mil hectares de terras beneficiando mais de 5 mil famílias que nada tinham em 120 assentamentos.

Após uma apresentação relacionada com a luta pela terra, o deputado Paulo Eccel (PT) dedicou a sessão àqueles que criticaram a realização do evento. "Estamos aqui principalmente para esclarecer a diferença

entre ocupar e invadir. Que possamos refletir sobre essas palavras e entender o significado delas. O MST não invade, ocupa." Também lembrou que, nestes 20 anos, o movimento passou por momentos difíceis e afirmou que o objetivo só será alcançado com a reforma agrária. "O golpe militar de 1964 criou o estatuto da terra, que ainda não funciona. Só vamos conseguir contemplar nossos objetivos quando implantarmos a reforma agrária, e isso cabe a cada um de nós. Que a lição de resistência de que vocês são protagonistas sirva de exemplo para muitos", complementou.

Para o deputado Sérgio Godinho (PTB) "a palavra invasão deve ser trocada pela palavra conquista e o direito à terra é um grande passo para um país melhor e mais justo".



Deputados e convidados cantam o Hino Nacional na abertura do evento

(fotos Carlos Kilian)

Assentamentos alavancam desenvolvimento

Um vídeo sobre a conquista e os 20 anos do MST foi apresentado, mostrando as cooperativas do Movimento, como a que fabrica os produtos Terra Viva. São leites, conservas, queijos e frango. Depois do vídeo, José Valdecir de Souza recebeu uma placa em homenagem à Comissão Pastoral da Terra, que trabalha na construção de uma sociedade solidária. Em nome do MST, foi a vez de Lucídio Ravello receber a homenagem.

Falando em nome da Pastoral da Terra, o padre Genuíno Begnini reafirmou que a CPT surgiu para solucionar o problema da terra. São 21 regionais espalhadas por todo o Brasil. "A CPT é um organismo autônomo em sua organização e administração, vinculado à igreja. Tem por natureza ser uma presença solidária, profética, ecumênica e afetiva. Presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra. A Pastoral da Terra é profética porque a profecia é o anúncio, mas também é denúncia", disse Begnini.

Justiça - "A Pastoral da Terra é a nossa mãe", falou Irma Brunetto, quando se referiu à CPT. Com a responsabilidade de falar sobre o MST, Irma disse que agora é o momento de prestar contas, mostrar a realidade dos 20 anos do Movimento no Estado. "Quando iniciamos o nosso trabalho, não imaginávamos a proporção que o movimento atingiria. Nosso objetivo inicial era uma casa, comida e terra, mas hoje queremos mostrar a nossa força. Unidos faremos um mundo melhor. A nossa luta



Apresentações em Plenário ajudaram a contar um pouco da história...



...e hoje integram o ciclo produtivo de SC



...do MST e da Pastoral na luta pela distribuição de terra a famílias que nada tinham....

é justa e não temos vergonha disso."

No registro da história, conforme a deputada federal Luci Choinacki (PT), a data marca a importância da luta do Movimento. "É uma luta importante. Não desistam nunca. Participem e, acima de tudo, tenham consciência política".

Último a falar, o deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT) também lembrou a necessidade de ser feita a reforma agrária. "Queremos e faremos uma reforma agrária. Que seja uma revolução produtiva, que seja instrumento de promoção social", concluiu.

Também estava presente na sessão o diretor geral da Secretaria da Agricultura, Renato Broetto, representando o governador. (GMP)